



Jonas Pereira/Agência Senado



Renan lamentou não poder devolver as medidas que alteraram as regras do seguro-desemprego e da pensão por morte

Devolvida a MP que onera folha

Presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu mandar de volta ao governo a medida provisória que aumentaria a contribuição previdenciária de 56 setores da economia

Renan criticou o excesso de MPs e disse que a mudança poderia ser proposta por projeto de lei com urgência constitucional. A sugestão

acabou sendo seguida pelo governo horas depois. Para o senador, ao abusar das MPs, o Executivo desrespeita as prerrogativas do Poder Legislativo. **8**

Bancada feminina quer ampliar participação **2**

Congresso busca um acordo para votações **4**

Proposta insere cidadania na grade do ensino médio **5**

Representantes de Camarões visitam a TV Senado **6**

Cópia de até 25% de livro pode ser permitida **5**

Vai a sanção projeto que limita a fusão de partidos

O Plenário aprovou ontem a primeira de uma série de propostas que tramitam no Senado sobre a

reforma política. Pelo texto, a fusão não será permitida a legendas com menos de cinco anos de existência. **7**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Texto aprovado em Plenário também traz nova regra para criação de partidos



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado



Gerardo Miguez/Agência Senado

Cristovam, Otto e Paim foram eleitos nas Comissões de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e de Direitos Humanos

Comissões confirmam novos presidentes

Três senadores foram eleitos ontem presidentes de comissões permanentes do Senado: Cristovam Buarque para a de Ciência e Tecnologia, Otto Alencar para a de Meio Ambiente e Paulo Paim para a de Direitos Humanos. Os nomes já haviam

sido acertados por líderes partidários.

Hoje Davi Alcolumbre deve ser confirmado para a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Romário para a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **3**

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Senado | Câmara | Congresso | Monitor



Jane de Araújo/Agência Senado

No almoço com Renan, Vanessa Grazziotin reiterou prioridade das bancadas femininas à maior participação da mulher

Mulheres querem ter voz ativa na reforma política

Deputadas e senadoras se reuniram com o presidente do Senado para discutir formas de assegurar que, na discussão sobre as mudanças, a ampliação da presença feminina na política seja estimulada

A BANCADA FEMININA no Senado reuniu-se ontem com o presidente Renan Calheiros para discutir a reforma política. As senadoras têm tratado o tema da ampliação da participação das mulheres na política como prioritário.

Como o Senado fará atividades ao longo de março para celebrar o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8, a bancada feminina incluiu nessa programação a discussão sobre a reforma política.

Amanhã, às 10h, o Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, discutirá o tema "Reforma política inclusiva" (veja quadro).

Na terça-feira, dia 10, será instalada às 15h, no Salão Nobre, a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Entre os objetivos do colegiado, está apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e buscar as possíveis falhas nas ações e serviços da seguridade social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência.

Na quarta-feira, dia 11, o Congresso fará sessão solene destinada a comemorar a data e agradecer as vencedoras da 14ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, prêmio criado pelo Senado em 2001 e que já homenageou 70 mulheres, entre elas a feminista Rose Marie Muraro e a presidente da República, Dilma Rousseff.

Seis mulheres serão contempladas com o prêmio neste ano: Cármen Lúcia Antunes Rocha, Clara Araújo, Mary Garcia Castro, Ivanilda Pinheiro Salucci, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e Creuza Maria Oliveira.

A programação do mês de março ainda contará com duas

exposições. Na terça-feira, dia 17, às 11h, haverá uma recepção às embaixadoras em missão no Brasil e, logo em seguida, às 12h, a exposição *1 em 3 — violência/empoderamento/saúde*, que contará com seleção de pinturas, desenhos, peças de design e fotografias. A recepção às embaixadoras será feita no Salão Nobre do Senado e a exposição *1 em 3* no Salão Branco (Chapelaria). Na quarta-feira, dia 18, às 11h, acontecerá no Salão Negro, a abertura da exposição *Memórias Femininas na Construção de Brasília*.

QUINTAS FEMININAS PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/reformaInclusiva>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Evento destaca casos de sucesso de empreendedoras

Amanhã, das 14h às 18h, em celebração ao mês da mulher, haverá, no Interlegis, o encontro Mulheres Que Fazem Acontecer. O evento tem como foco o empreendedorismo e o empoderamento das mulheres, com exemplos de sucesso no campo dos ne-

gócios, acadêmico e artístico. A ação é uma parceria entre o Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF.

As inscrições são gratuitas, abertas ao público interno e

externo e poderão ser feitas no local. O evento será realizado no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis (Via N2, térreo, Senado Federal).

Mais informações em: <http://bit.ly/fazemAcontecer>

Comissão espera indicação de membros pelos partidos

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher aguarda que os partidos indiquem seus membros para ser instalada. A primeira reunião do grupo, marcada para ontem, foi cancelada porque ainda estão indefinidos alguns titulares

e suplentes. De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da mulher no Senado, o início do funcionamento da comissão se dará nos próximos dias.

Formada por 10 senadores e 27 deputados, a comissão

foi proposta pela CPI Mista da Violência contra a Mulher, que investigou até 2012 as agressões diretamente relacionadas ao gênero feminino. Na opinião de Vanessa, o ideal é que o colegiado seja composto por homens e mulheres.

Para Fátima, mídia visa entregar exploração do pré-sal a estrangeiros

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou a "grande mídia", que, para ela, tenta desqualificar a atividade política, pautando a sociedade e fazendo com que os brasileiros passem a defender ideias que interessam a apenas alguns grupos.

Para a senadora, a cobertura das denúncias de corrupção na Petrobras mostra que a mí-



Waldemir Barreto/Agência Senado

dia e o grupo político que a apoia querem mudar o modelo de exploração do petróleo do pré-sal do regime de partilha para o da concessão a empresas estrangeiras, o que, segundo a senadora, pode comprometer o financiamento da educação, pois está previsto que parte dos recursos virão dos royalties do petróleo do pré-sal.

Defasagem da tabela do Imposto de Renda é perversa, afirma Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) criticou o governo por insistir em reajustar a tabela do Imposto de Renda em 4,5% em vez dos 6,5% aprovados pelo Congresso no ano passado.

Para ele, a decisão do governo não é justa porque, na prática, significa que mais pessoas vão pagar mais im-



Waldemir Barreto/Agência Senado

postos. Além disso, segundo o senador, o reajuste pretendido é menor que a inflação do ano passado, próxima a 6,5%.

Amorim afirmou que a decisão do governo vai onerar ainda mais o brasileiro, que hoje "trabalha cinco meses apenas para pagar impostos".

Telmário rejeita veto à redução de contribuição previdenciária

Telmário Mota (PDT-RR) defendeu a derrubada do veto ao projeto que reduz para 12% para 6% sobre o salário a contribuição dos empregadores domésticos para a previdência social. Hoje esta contribuição é de 12%.

O senador disse que a redução da contribuição



Waldemir Barreto/Agência Senado

patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode compensar o provável aumento das despesas dos empregadores domésticos, caso haja a regulamentação da emenda constitucional que estende às domésticas os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Em pauta, as PECs 73/2011, sobre desincompatibilização eleitoral, e 58/2013, sobre criação de partidos políticos.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Fundação Palmares**
11h30 Renan recebe o presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Cobra. Às 15h30, recebe a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader. Às 16h, preside a ordem do dia.
- ▶ **CRA Eleição de presidente e vice**
9h Instalação, eleição de presidente e vice e análise de dois requerimentos.

- ▶ **CDR Instalação do colegiado**
11h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo instala os trabalhos e elege presidente e vice-presidente.
- ▶ **CE Nova direção**
14h A Comissão de Educação e Cultura instala os trabalhos e elege presidente e vice para o biênio 2015-2016.
- ▶ **ENCONTRO Empreendedorismo**
14h No Interlegis, encontro Mulheres Que Fazem Acontecer, parceria entre o Instituto Legislativo Brasileiro e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do DF (Semidh).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão Agricultura e Reforma Agrária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos e Meio Ambiente confirmaram ontem os indicados para a direção dos colegiados. Desenvolvimento Regional e Educação elegem hoje

Presidentes assumem cargo em três comissões

TRÊS COMISSÕES PERMANENTES do Senado confirmaram ontem os presidentes para o biênio 2015–2016. Os nomes já haviam sido acertados na semana passada após negociação entre os líderes partidários.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), foi eleito Cristovam Buarque (PDT-DF), que citou como prioridade o estímulo à competitividade no país pelo avanço em ciência e tecnologia.

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS) foi confirmado para presidir os trabalhos pela terceira vez. Ele ocupou o cargo nos biênios 2007–2008 e 2011–2012.

Ao assumir a presidência novamente, Paim já anunciou um debate sobre as medidas provisórias que restringem a concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários, como o seguro-desemprego e a pensão por morte

(MPs 664/2014 e 665/2014).

Já na Comissão de Meio Ambiente (CMA), foi escolhido como presidente Otto Alencar (PSD-BA), eleito em outubro para o primeiro mandato como senador. Ele adiantou que vai pedir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização de uma sessão temática em Plenário sobre a transposição do Rio São Francisco.

A CMA foi a única comissão a definir

também o vice-presidente: Ataídes Oliveira (PSDB-TO). A CCT e a CDH farão a eleição do vice nas próximas reuniões.

Hoje serão eleitos os presidentes das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Na CDR, foi definido o nome de Davi Alcolumbre (DEM-AP). Na CE, o indicado é Romário (PSB-RJ). Ambos eram deputados e chegaram ao Senado este ano.



Senadores João Alberto Souza e Valdir Raupp cumprimentam Cristovam (E), que vai comandar a CCT neste e no próximo ano



Otto (D) e Ataídes são os novos presidente e vice da CMA, que já colocou na pauta discussão sobre como revitalizar o rio



Maria do Carmo Alves comandou a eleição de Paim, que quer debater MPs sobre direitos trabalhistas e previdenciários

Melhorar competitividade será o foco de Cristovam na CCT

Eleito por aclamação presidente da CCT, Cristovam Buarque defendeu a inclusão, entre as prioridades do colegiado, da promoção da competitividade do país por meio do avanço em ciência e tecnologia.

— Esse é um ponto que amarra o Brasil hoje no cenário internacional. Estamos muito atrasados — frisou, ao ressaltar que a comissão perseguirá o objetivo atuando em articulação com as Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos (CAE).

O parlamentar também defendeu a ampliação do diálogo entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação e o setor privado para a construção do Sistema Nacional do Conhecimento e da Inovação.

Cristovam informou ainda que a CCT dará prioridade para a regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 85, que estimula o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, promulgada na semana passada pelo Congresso.

Na próxima semana, disse, será votado requerimento propondo audiência pública para tratar do tema, para a qual serão convidados os ministros da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entre outros.

Cristovam informou que Izabella Teixeira também será convidada para um debate sobre o projeto de Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015). A proposta, apresentada pelo Executivo, foi modificada na Câmara e tramita no Senado em regime de urgência. O texto ainda não tem relator na CCT.

Otto propõe debate na CMA sobre situação do São Francisco

Após eleger Otto Alencar e Ataídes Oliveira para presidente e vice-presidente, a Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem a realização de audiência para debater a situação do Rio São Francisco. Requerida pelo próprio presidente da CMA, a reunião ainda não tem data definida.

Otto informou já ter acertado com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização de sessão temática sobre o São Francisco, com a participação dos governadores Fernando Pimentel (Minas Gerais), Jackson Barreto (Sergipe), Renan Filho (Alagoas), Rui Costa (Bahia) e Paulo Câmara (Pernambuco).

Para o senador, sem a revitalização do rio, “não haverá o que transpor”. Ele também alertou para a situação crítica dos mananciais.

Em entrevista à Agência Senado, o novo presidente da CMA prometeu desenvolver “uma luta sem trégua” para a elaboração de um projeto que possa conter a devastação das matas ciliares, dos rios e de seus afluentes. As consequências do problema, disse, são sentidas no desabastecimento de água nas grandes cidades e mesmo na falta de água para irrigação agrícola.

Segundo Otto, a Mata Atlântica já foi destruída e “a próxima vítima” será a Amazônia, se não houver ação eficiente de proteção do meio ambiente. Na avaliação dele, esse é o grande desafio da comissão.

— Sem água, não teremos condições de sobrevivência humana — acrescentou Otto.

Paim inicia terceiro mandato como presidente da CDH

“Direitos humanos são a essência da vida.” A afirmação de Paulo Paim marcou a eleição e a posse dele ontem no terceiro mandato como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Depois de receber as saudações de senadores e representantes de entidades civis, Paim encaminhou a aprovação de requerimentos de audiência pública para debater a crise com os caminhoneiros e as MPs 664 e 665/2014, que restringem benefícios trabalhistas e previdenciários.

Paim já foi presidente da CDH nos biênios 2007–2008 e 2011–2012. Para o biênio 2015–2016, listou como prioridades o combate à violência e ao preconceito; acessibilidade e deficiência; defesa de demandas ligadas a negros, idosos, crianças e mulheres. O senador, escolhido por aclamação, também elogiou o trabalho realizado pela ex-senadora Ana Rita — presidente da comissão entre 2013 e 2014.

Após o debate sobre as MPs 664 e 665, marcado para amanhã, às 9h, deverá ser feita a indicação de João Capiberibe (PSB-AP) para a vice-presidência da CDH, função que já exercia no mandato de Ana Rita.

A comissão também marcou a discussão sobre a crise dos caminhoneiros para segunda, às 9h.

— Esse é um debate para ontem. A situação está um caos. Esqueceram-se dos caminhoneiros — comentou o senador, que também deverá, oportunamente, discutir o Estatuto do Motorista e a reparação de danos a caminhões.

Composição

Bloco da Maioria ainda fará mais duas indicações e e há uma terceira vaga pendente, a ser indicada pelo Bloco Socialismo e Democracia. Os novos membros da CCT até agora são:

- ▶ **Bloco da Maioria (PMDB e PSD):** • Valdir Raupp (PMDB-RO)
• João Alberto Souza (PMDB-MA) • Sérgio Petecão (PSD-AC)
- ▶ **Bloco de Apoio ao Governo (PDT e PT):**
• Cristovam Buarque (PDT-DF) • Lasier Martins (PDT-RS)
• Walter Pinheiro (PT-BA) • Ângela Portela (PT-RR)
- ▶ **Bloco de Oposição (PSDB e DEM):** • Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
• Flexa Ribeiro (PSDB-PA) • Davi Alcolumbre (DEM-AP)
- ▶ **Bloco Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB e PSOL):**
• José Medeiros (PPS-MT)
- ▶ **Bloco União e Força (PTB, PR, PSC e PRB):**
• Marcelo Crivella (PRB-RJ) • Vicentinho Alves (PR-TO)
- ▶ **PP:** Ivo Cassol (RO)

Colegiado polemiza sobre escolha do vice já na mesma reunião

A eleição do vice-presidente da CMA foi precedida de polêmica, a partir da sugestão de Jorge Viana (PT-AC) de escolher apenas o presidente, como na CCT. O vice-presidente, para Viana, poderia ser eleito na próxima reunião da CMA.

Após muita discussão — com a participação do líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), e de outros senadores — e a confirmação pelo vice-líder do PMDB, Romero Jucá (RR), de acordo atribuindo a vice-presidência da CMA ao PSDB, Viana concordou com a eleição para os dois cargos.

Senador promete buscar país que preze a liberdade e a justiça

Ao registrar sua eleição em Plenário, Paulo Paim previu dois anos de trabalho difícil e prometeu ir além do debate ideológico para buscar a melhoria de vida e a construção de um país fraternal, que preze a liberdade e a justiça.

— A CDH discute a qualidade de vida, a liberdade, a saúde, a educação, trata da violência, do combate aos preconceitos, da democracia, porque eu não entendo democracia sem direitos humanos, como não entendo direitos humanos fora da democracia — afirmou.

Projetos que irão a votação serão definidos em reunião de líderes nos próximos dias. Parlamentares ainda precisam avaliar vetos que trancam a pauta e Orçamento 2015

Falta de acordo causa cancelamento de sessão do Congresso

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, cancelou a sessão do Congresso marcada para a noite de ontem por falta de acordo quanto à pauta de votação. Uma reunião de líderes, a ser feita nos próximos dias, deve definir os projetos com acordo para votação.

O primeiro item da pauta era o projeto de resolução que regulamenta a cédula eletrônica (e-cédula) para apreciação dos vetos presidenciais (PRN 1/2015). O texto chegou a ser discutido na semana passada, mas houve impasse em relação à forma de votação dos destaques

(pedidos para exame em separado de partes do projeto vetado).

Na pauta também há vetos que já trancam a pauta do Congresso por terem extrapolado o prazo de 30 dias para análise. Além disso, o relator do Orçamento da União para 2015 (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR), tinha manifestado esperança de votar o texto ontem. Ele concluiu nesta semana uma emenda de relator para incluir na proposta R\$ 2,67 bilhões em emendas de senadores e deputados eleitos em outubro passado.



Projeto sobre apreciação de vetos chegou a ser discutido na sessão conjunta da semana passada

Jucá quer urgência para votação do Orçamento

Romero Jucá lamentou que o Orçamento da União para 2015 (PLN 13/2014) não tenha sido votado ontem pelo Congresso. A sessão chegou a ser aberta pelo vice-presidente, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), mas acabou cancelada.

O senador confirmou que a proposta orçamentária está pronta para ser votada depois de alterações para garantir a senadores e deputados eleitos em outubro o direito de apresentar emendas no valor de R\$ 10 milhões. As mudanças resultaram num acréscimo de R\$ 2,67 bilhões, que devem vir de cancelamentos e remanejamentos nas programações do texto aprovado na CMO em dezembro do ano passado.

Para o relator, as emendas são importantes para dar condições de trabalho

aos parlamentares que não exerceram mandato na última legislatura.

— Espero que o presidente Renan possa convocar sessão do Congresso para que tenhamos a pressa necessária de aprovar o Orçamento, que representa investimentos, geração de atividade econômica e de emprego — destacou.

Jucá ainda comemorou o voo inaugural do novo avião de transporte militar KC-390, da Embraer. Jucá disse ter ajudado com recursos no Orçamento para que a Embraer desenvolvesse o cargueiro a jato e parabenizou a empresa, o Ministério da Aeronáutica e os setores tecnológicos envolvidos.

O senador também celebrou a notícia de que a Secretaria de Aviação Civil investirá R\$ 2 bilhões em 80 aeroportos no Norte do Brasil.

Presidente do Senado cobra esforço fiscal do governo

Renan Calheiros afirmou ontem que o governo federal precisa fazer sua parte na busca do equilíbrio das contas. Ele disse que todos os estados e municípios enfrentam dificuldades e procuram fazer o ajuste fiscal.

— Não tem sentido aumentar imposto e custo de produção e não cortar no setor público. Os estados estão fazendo isso, os municípios estão fazendo isso e o governo federal também precisa dar o seu exemplo — criticou o presidente do Senado.

Para Humberto Costa (PE), líder do

PT no Senado, o governo já vem procurando fazer sua parte. Ele disse que, embora o Orçamento de 2015 ainda não tenha sido aprovado, o Executivo já tem previsão de contingenciamento de recursos de investimento e gastos de custeio. Humberto ressaltou que, por outro lado, o Congresso aprovou o orçamento impositivo e ainda atendeu as emendas dos novos senadores e deputados no Orçamento de 2015:

— Não é correto cobrar austeridade do governo quando no Congresso esse mesmo cuidado não aconteceu.

Humberto: PT não é contra propostas de ajuste

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse não ser verdadeira a versão de que o partido é contrário às medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo, entre as quais mudanças nos critérios para pagamento de seguro-desemprego e benefícios previdenciários (MPs 664/2014 e 665/2014).

O que acontece, diz o senador, é que os parlamentares do partido na Câmara e no Senado sugeriram mudanças nas propostas do governo, algo que



Wildemir Barreto/Agência Senado

classificou como normal. No caso das medidas de ajuste fiscal, Humberto informou que deputados e senadores do PT se reuniram com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, do Planejamento, Nelson Barbosa, e da Previdência, Carlos Gabas, para propor mudanças.

— É preciso que as pessoas se acostumem com o fato de que divergências não significam oposição. Os parlamentares do PT vão propor as modificações que julgarem necessárias — afirmou.

Medidas são necessárias e inadiáveis, diz Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem que as medidas propostas pelo governo para melhorar a situação econômica do país são duras, mas necessárias e inadiáveis, porque o Brasil vive um momento difícil, de baixo crescimento e inflação alta.

Segundo o senador, o sucesso das medidas é essencial para o Brasil não perder grau de investimento. Ele explica que o país que perde essa avaliação não avança, pois fica sem



Wildemir Barreto/Agência Senado

credibilidade e isso afugenta os investidores sérios.

— Quando se perde o grau de investimento, a reputação que fica é a de grau especulativo. Qualquer governo sério, qualquer investidor sério evitará arriscar dinheiro. O Brasil tem condições para reagir e evitar esse rebaixamento. Para tanto, o governo precisa, além de propor ajuste na economia, firmar uma agenda positiva, mostrando como podemos retomar mais rapidamente nosso crescimento.

Hélio José incentiva uso de energia solar

Hélio José (PSD-DF) defendeu a mudança da matriz energética com mais investimentos em energia solar. Ele lembrou a crise hídrica e chamou a atenção para a riqueza de recursos naturais e os talentos acadêmicos para produção de pesquisa na área.

Ao citar o uso de energia solar em países desenvolvidos, Hélio José ressaltou a necessidade de medidas legislativas para incentivar o fomento à geração de energia elétrica a partir



Moreira Maniz/Agência Senado

da energia solar, como a garantia de verbas para pesquisas.

O senador mencionou o Programa Luz Para Todos, que instala painéis solares em benefício de comunidades mais isoladas sem acesso a energia elétrica.

— As autoridades devem envidar esforços, ao lado do setor industrial e da comunidade científica, para que nosso país faça boa figura entre os mais adiantados — afirmou.

Vanessa pede exploração de reserva no AM

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou em Plenário os 49 anos da cidade de Autazes, na Região Metropolitana de Manaus. A senadora disse que o município, de 32 mil habitantes, é estratégico, pois concentra uma das maiores jazidas de silvinita, utilizada na produção de fertilizantes e adubos, como o potássio.

A jazida de Autazes, afirma, pode tirar o país da dependência da im-



Wildemir Barreto/Agência Senado

portação do mineral, fundamental para o setor primário. As reservas de silvinita no Amazonas chegariam a 600 milhões de toneladas.

— Apesar de ser um município agrícola, a esperança que a população coloca na bancada federal do Amazonas para que ajude no processo é muito forte. O maior presente que a bancada poderia dar a Autazes seria a possibilidade da exploração dessa reserva — discursou.

Wilder lamenta morte do cantor José Rico

Wilder Moraes (DEM-GO) divulgou nota de pesar pela morte, ontem, do cantor sertanejo José Rico, da dupla com Milionário. Ele morreu aos 68 anos, na cidade de Americana (SP), onde morava, de complicações cardíacas.

Na nota, Wilder diz que recebeu com pesar a notícia do falecimento do “querido amigo José Rico” que, para o senador, era um dos maiores artistas do país, ao lado de Milionário. A



Pedro Franco/Agência Senado

dupla tinha 40 anos de carreira.

Wilder prestou solidariedade à família, amigos e fãs do intérprete e finalizou a nota com um trecho de um dos maiores sucessos da dupla, *Sonho de um Caminhoneiro*, de autoria de Chico Valente e Neil Bernardes: “Com a morte do companheiro a saudade vai chegar. Aqueles bons e velhos tempos nunca mais irão voltar.”

Objetivo da proposta, de acordo com Valdir Raupp, é garantir o direito à informação e assegurar o cumprimento da Lei do Direito Autoral, estabelecendo um limite ao que pode ser copiado de cada obra

Proposta permite cópia de até 25% do conteúdo de livro

PARA LIVRAR OS estudantes de penalidades por infração de direitos autorais ao copiar trechos de livros, Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto para regulamentar a reprodução para uso privado. O PLS 34/2015 determina que a reprodução de até 25% de uma obra, para uso privado do copista, desde que feita por ele e sem intuito de lucro, está permitida.

De acordo com Raupp, a atual redação da Lei 9.610/1998 assegura a reprodução de “pequenos trechos”, mas a expressão tem gerado interpretações equivocadas, tanto por parte dos copistas como das entidades defensoras dos direitos autorais.

O maior problema, explica

o senador, está no ambiente universitário. Os professores costumam selecionar trechos de livros e colocá-los à disposição dos estudantes em uma copiadora particular, para serem reproduzidos por cada aluno. A prática ocorre por ser “inviável adquirir todos os livros pedidos”.

Só que a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) tem até mesmo acionado a polícia e a Justiça para impedir a cópia de qualquer trecho de livro nas copiadoras de faculdades e universidades.

Para Raupp, a medida proposta pela ABDR configuraria um novo abuso, uma vez que a multa judicial a ser estipulada pode ser equivalente ao valor

de até 3 mil exemplares da obra copiada.

“Este projeto de lei tem como objetivo, por um lado, assegurar o espírito da Lei do Direito Autoral, limitando o que pode ser copiado de um livro; por outro, busca assegurar o direito de acesso à informação e ao conhecimento, por parte dos estudantes. O percentual de 25% de uma obra permite o atendimento à expectativa das correntes envolvidas e evita a subjetividade contida na expressão ‘pequenos trechos’”, justifica.

A proposta começará a tramitação pela Comissão de Educação (CE) e depois segue para a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebe decisão terminativa.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe, ao lado de Sérgio Petecão, pediu aos líderes que indiquem nomes

Randolfe informa apoio do PSDB para a criação da CPI do HSBC

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que liderou a coleta de assinaturas para a CPI do HSBC, esclareceu ontem em Plenário que a ausência de nomes do PSDB no requerimento de criação da comissão se deveu apenas a um desencontro. O requerimento, com 33 assinaturas, foi protocolado na última quinta-feira.

Segundo Randolfe, o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), já havia manifestado apoio à CPI do HSBC, mas não conseguiu assinar o requerimento. Com os apoios necessários, Randolfe preferiu protocolar logo o pedido, para não perder

a vaga na “fila” de CPIs no Senado — há um limite para o funcionamento simultâneo de comissões de inquérito.

— Não houve deliberadamente nenhuma ação para que não houvesse assinatura do PSDB, como, também, não encontrei resistência do PSDB em relação a essa matéria — enfatizou.

Randolfe pediu aos líderes partidários que façam rapidamente a indicação de membros para a CPI.

A comissão se destina a investigar denúncia sobre movimentação irregular de contas operadas por brasileiros no banco HSBC, na Suíça.

Projeto de lei tipifica como crime o enriquecimento ilícito

O enriquecimento ilícito pode passar a ser considerado crime. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 35/2015, que tramitará na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. O texto prevê reclusão de dois a cinco anos, além do confisco dos bens, e a possibilidade de aumento da pena em até dois terços se o funcionário público, embora não figurando como proprietário dos bens, deles fizer uso.

De Humberto Costa (PT-PE), o projeto altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) para prever, dentro do item de corrupção passiva, a posse, manutenção ou aquisição, pelo funcionário público, de bens ou valores de qualquer natureza, incompatíveis com sua evolução patrimonial ou com a renda que auferir em razão de seu cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo. Na justificativa do projeto, o senador argumenta que essa conduta, embora figure como ilícito civil e administrativo, conforme prevê a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), ainda não constitui crime.

Humberto lembra que a cada dia são mais frequentes os casos de enriquecimento ilícito envolvendo agentes públicos, servidores ou não, que conseguem vantagens indevidas em razão de mandato, cargo, emprego ou função em órgãos de qualquer dos Poderes. De acordo com o senador, o enriquecimento ilícito é um comportamento “gravíssimo, que impede o bom funcionamento da administração pública e causa danos incalculáveis a toda a população”, pois é um reflexo da prática reiterada de atos de corrupção. Dada a gravidade desse comportamento, acrescenta, a utilização do direito penal para impedir sua ocorrência é adequada e proporcional.

Segundo o senador, a proposta busca dar maior proteção à administração pública, protegendo-a de atos de corrupção. Visa resgatar, também, a imagem de honestidade e integridade que deve existir no poder público e ser demonstrada por seus servidores. Enfim, diz o parlamentar, visa acabar com a “impunidade que hoje impera no país”.



Fila para tirar cópias em faculdade no DF: reproduções poderão ser feitas para uso privado e sem intenção de lucro

Estudo de cidadania pode ser obrigatório em escola

Termina hoje o prazo para os senadores fazerem emendas ao projeto que obriga as escolas de ensino médio a ministrar a disciplina cidadania. Pela proposta (PLS 38/2015), de Reguffe (PDT-DF), em todos os anos do ensino médio os alunos estudarão direito constitucional, cidadania, democracia, direitos e garantias fundamentais.

Se aprovado, o currículo terá aulas sobre atribuições de deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente da República. Está previsto o ensino de direito do consumidor e de educação fiscal.

“Tão importante quanto o ensino de português ou matemática é a escola ensinar os princípios básicos da Constituição federal, a importância de se exigir uma nota fiscal, noções de direito do consumidor, qual a função de um parlamentar ou de um governador, quais as diferenças de atribuições

entre esses cargos. Uma população que não conhece seus direitos não tem como exigí-los”, justifica o senador.

Se a proposta for aprovada, os sistemas de ensino terão três anos letivos para começar a oferecer a matéria.

Se for aprovado na Comissão de Educação e Cultura (CE), o projeto seguirá para a análise da Câmara dos Deputados, pois a decisão do colegiado será terminativa (só vai a voto no Plenário caso haja um recurso nesse sentido).



Escola em Ceilândia (DF): alunos do ensino médio são alvo do texto de Reguffe

Camaroneses conhecem sistema de TV digital

Objetivo da delegação que veio à CCT foi se informar sobre o processo de migração do sistema analógico que está em curso no Brasil. Grupo também visitou a TV Senado

O PRESIDENTE DA Comissão de Ciência e Tecnologia, (CCT), Cristovam Buarque (PDT-DF), recebeu ontem representantes do governo de Camarões e da rede de rádio e televisão pública daquele país, a CRTV.

O interesse, conforme explicou o diretor-geral da CRTV, Amadou Vamouké, é o de conhecer o processo de migração do sistema analógico para o digital no Brasil. O compartilhamento de torres de transmissão foi destacado por Vamouké como uma boa solução adotada pelo Brasil, capaz de aumentar a eficiência dos serviços e reduzir custos.

Cristovam e assessores da CCT apresentaram os principais aspectos do processo de migração de sistemas, em

curso no Brasil. Wakata Bolvine, coordenador do projeto de TV digital de Camarões, perguntou sobre a constituição de fundo público para apoiar a migração das TVs abertas para o sistema digital. O presidente da CCT explicou como se dá o aporte de recursos no fundo e a divisão de papéis entre Legislativo e Executivo na formulação de políticas e regulamentações para o setor.

Questionado sobre a representatividade da diversidade racial brasileira na mídia, Cristovam relatou as discrepâncias sociais existentes no país e reafirmou a convicção de que o fortalecimento da educação é o caminho para a superação das desigualdades.

Após a visita à CCT, a delegação conheceu a TV Senado.



Novo presidente da CCT, Cristovam Buarque (D) apresentou aos africanos detalhes sobre a transição para o sinal digital

Para Bezerra, falta de água no Brasil é uma "cruel ironia"

Em um país com três das dez maiores bacias hidrográficas do mundo, a falta de água é uma cruel ironia, disse ontem Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

O senador frisou que a oferta de água é um problema no Brasil, especialmente no Nordeste, que enfrenta seguidas estiagens. Muitos municípios pernambucanos estão em colapso; a situação dos reservatórios é crítica e usinas estão operando muito abaixo da capacidade instalada, com custo alto de produção, alertou.

Bezerra disse que as consequências da estiagem também se refletem na agricultura, que tem a água como principal insumo. Em Pernambuco, relatou, a seca já dizimou mais de 200 mil animais, reduzindo a produção de leite em 70%.

— Estamos enfrentando um momento grave que precisa ser enfrentado com serenidade, coragem e, sobretudo, visão de futuro — afirmou.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Gleisi culpa governador por crise no Paraná

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou a crise no Paraná, responsabilizando o governador, Beto Richa, pelo que classificou como desgoverno. Ela negou que o estado tenha sido alvo de boicote do governo federal e disse que as contas extrapolaram os limites da responsabilidade fiscal, mas o governador ignorou o descontrole das finanças.

— Desde 2013 os técnicos do governo [federal] alertavam que as finanças iam mal e apresentaram medidas para evitar o pior. Nem preciso dizer que os alertas foram ignorados — afirmou.

A senadora citou atrasos no pagamento de funcionários, greves e o anúncio do que chamou de "pacotação" para elevar tarifas e reduzir despesas. Gleisi assinalou a queda expressiva da popularidade de Beto Richa, associando os índices à percepção popular da falência do estado.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Caminhões parados já afetam produção, diz Luiz Henrique

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu ontem a intensificação das negociações e um esforço coletivo entre trabalhadores, empresários e governo para que a paralisação dos caminhoneiros acabe.

O senador reconheceu a necessidade de remunerar melhor os caminhoneiros, que sofrem com o baixo valor pago pelo frete e com o aumento das despesas com diesel. No entanto, ponderou, outros setores foram atingidos pela paralisação. Ele citou o caso do extremo oeste de Santa Catarina, região produtora de leite, suínos e aves. Segundo a empresa de pesquisa agropecuária do estado, o abate de animais foi suspenso na região, relatou, e outros produtores também são afetados.

— De acordo com o sindicato dos produtores de leite, o prejuízo das indústrias e produtores rurais chega a R\$ 15 milhões por dia — alertou em Plenário.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Blairo reitera preocupação com destino da greve

Blairo Maggi (PR-MT) lembrou que representantes dos caminhoneiros e do

governo reúnem-se na semana que vem para debater o movimento que promoveu bloqueios em rodovias de diversas regiões do país.

Ele cobrou o entendimento, mas observou que o excesso de itens na pauta poderá atrapalhar um acordo.

— Fico preocupado porque, à medida que o tempo passa o governo vai firmando posição e, daqui um pouco, aparece uma outra pauta com outro grupo, e eu não sei onde nós vamos parar com essa greve.

Blairo apontou informações desencontradas sobre o movimento dos caminhoneiros. Ele afirmou que o governo comunica mal e sem reparações.

O senador lembrou que há diferenças na legislação de transporte do Brasil e países fronteiriços no que se refere à diferença de peso dos eixos dos caminhões.



Marcio Mariz/Agência Senado

Ana Amélia lastima prejuízos causados pela paralisação

Ana Amélia (PP-RS) manifestou esperança de que o governo tenha habilidade para

dar fim à paralisação dos caminhoneiros. A senadora citou o prejuízo crescente dos produtores do Rio Grande do Sul, onde, segundo ela, o desabastecimento afeta vários setores, o leite se deteriora por falta de transporte e não há ração para os animais. A parlamentar lamentou o agravamento dos conflitos no estado, onde as ações para desbloqueio de rodovias resultaram em prisões, feridos e um morto, e negou qualquer intenção de insuflar os protestos.

— Sempre estive ao lado do entendimento, do diálogo, da construção de uma saída com responsabilidade.

Ela também chamou a atenção para as consequências da crise da Petrobras na indústria naval gaúcha. Segundo ela, as empresas do Polo Naval de Rio Grande tiveram que dispensar 18 mil trabalhadores.



Marcio Mariz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Objetivo de projeto aprovado ontem é impedir manobras para driblar a fidelidade partidária. Texto, que segue para sanção, também traz nova regra para a criação de legendas

Partidos recém-criados não poderão fundir-se

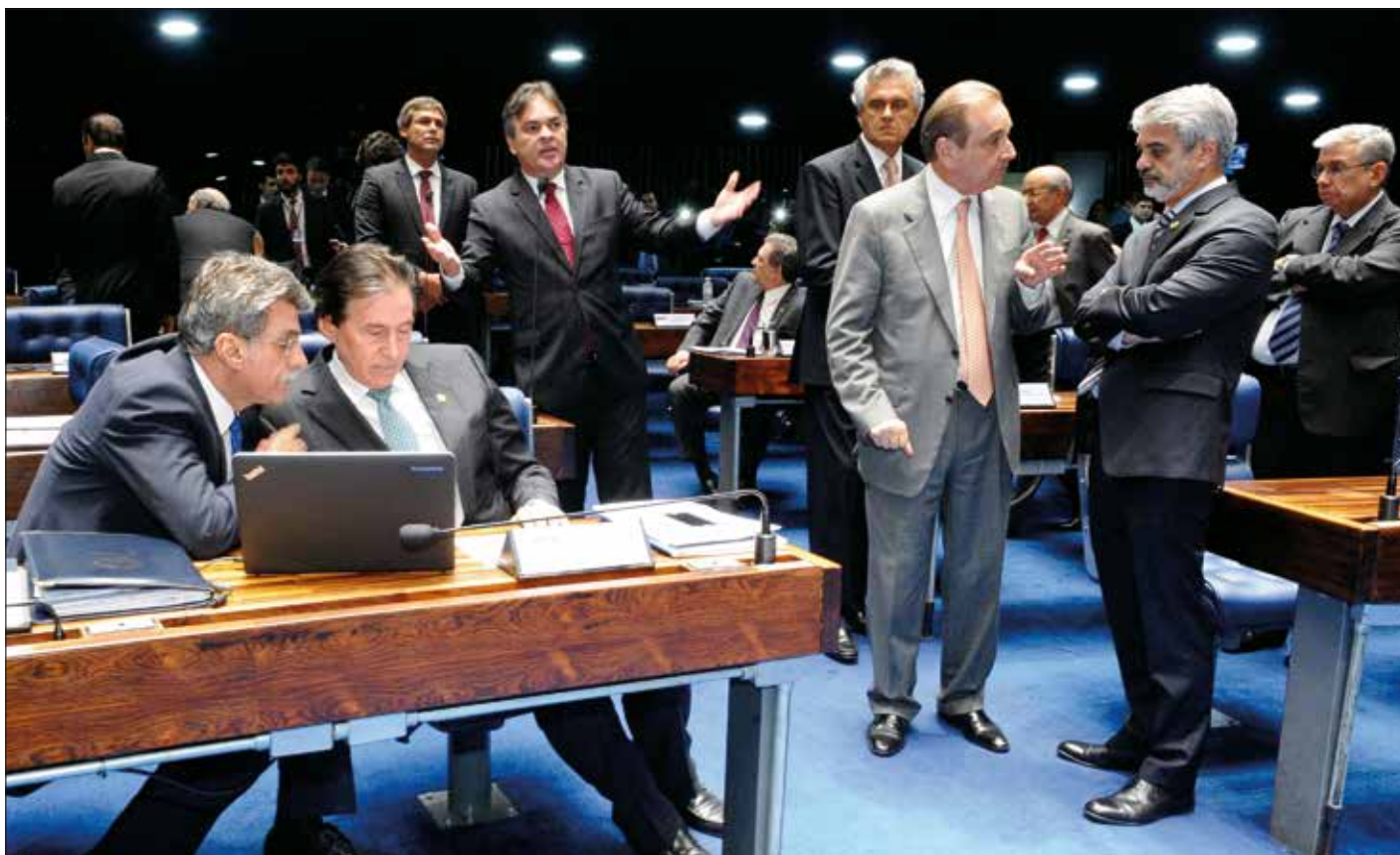
O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para que partidos políticos possam se fundir. De autoria do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), a proposta tem o objetivo de evitar a criação de legendas destinadas apenas a driblar o instituto da fidelidade partidária. O texto segue agora para sanção presidencial.

O projeto (PLC 4/2015) proíbe que as mudanças de filiação ligadas à fusão de partidos sejam consideradas no cálculo para a distribuição de recursos do Fundo Partidário. A vedação já existe para migrações de parlamentares para os partidos recém-criados. Igual restrição foi imposta pelo texto para dividir o tempo de propaganda das legendas no rádio e na TV.

No caso do Fundo Partidário, prevalecerá como critério para divisão o número de votos obtidos nas últimas eleições gerais para a Câmara dos Deputados. A mesma regra valerá para definir um terço do tempo de propaganda partidária. Os outros dois terços serão proporcionais ao número de representantes que os partidos tiverem na Câmara.

Quando houver fusão, será de 30 dias a “janela” para que os detentores de mandatos filiados a outras legendas possam aderir ao novo partido sem perda do mandato.

A proposta aprovada também inclui nova regra para a criação de partidos. Para registrar o estatuto de uma legenda nacional, fica mantida a exigência de um número de apoios equivalente a pelo menos 0,5% dos votos válidos na última eleição para a Câmara. Mas agora esses apoios não podem ser filiados a partidos.



Parlamentares da base governista e da oposição debatem a primeira de uma série de propostas para a reforma política que a Casa está analisando

Para o senador Reguffe (PDT-DF), contrário ao projeto, a exigência de apoiadores sem filiação partidária é mais uma tentativa de evitar que Marina Silva crie a Rede. Em 2013, tramitou no Congresso projeto que restringia o acesso de novos partidos ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV. A proposta não foi aprovada a tempo de ser aplicada às eleições do ano passado, mas a Rede acabou não conseguindo o registro.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que também votou contra a proposta, acredita que temas da reforma política como financiamento de campanhas e fim da reeleição são mais importantes e deveriam ser votados antes.

Senadores se preocupam com reforma fatiada

João Capiberibe (PSB-AP) disse ser favorável à limitação das fusões. Para ele, os partidos têm que se consolidar antes de se fundirem. O senador está preocupado, entretanto, com a aprovação de uma reforma política fatiada. Ele avaliou que o Congresso precisa se debruçar sobre grandes temas, como financiamento das campanhas e reeleição.

A mesma preocupação tem José Pimentel (PT-CE). O parlamentar ressaltou que a reforma política foi um dos temas mais debatidos nas últimas eleições, mas observou que, concretamente, as mudanças são

poucas. Pimentel lembrou que está no Congresso desde 1995 e que as propostas que mais evoluíram nesse período foram as de iniciativa popular, como a Lei da Ficha Limpa.

De todo modo, ele também é a favor de regras mais rígidas sobre o funcionamento dos partidos.

— É inaceitável que exista o líder de si próprio. Ou seja, o partido tem um parlamentar e há a figura do líder. Nós aprovamos a cláusula de desempenho partidário em 1996 para vigorar nas eleições de 2006. O Supremo Tribunal Federal resolveu derrubar a medida, criando um caos — disse.

Comissão avaliará fim de reeleição no Executivo

Os líderes partidários no Senado decidiram ontem que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai começar a discutir quanto antes as propostas de emenda constitucional que acabam com a possibilidade de reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. A informação é do líder do PSB, João Capiberibe (AP).

Há na Casa uma série propostas

de emenda constitucional sobre o tema. De acordo com a mais recente, apresentada por Reguffe (PDT-DF), ficariam inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente da República, governadores e prefeitos. Seriam igualmente inelegíveis os eventuais substitutos nos seis meses anteriores às eleições.

Capiberibe afirmou ainda que os

líderes dos partidos pretendem votar o fim da reeleição com brevidade:

— Depois vamos discutir o tamanho dos mandatos, a coincidência das eleições, as consequências dessa decisão.

A reeleição de chefes do Executivo resulta de emenda constitucional de 1997. Desde então, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram reeleitos.

Requião quer votar proibição de doação de empresas a políticos

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 60/2012, que proíbe doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos. O senador é autor do substitutivo ao projeto original, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Requião lembrou que o texto foi aprovado em abril na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por unanimidade e em decisão terminativa. Um recurso, porém, o levou à análise pelo Plenário do Senado, onde aguarda inclusão na ordem do dia há quase um ano, antes de ir para a Câmara. O senador disse que tem visto pela imprensa que a Mesa do Senado está “interessadíssima em discutir a reforma eleitoral”:

— Esse é o projeto fundamental da reforma eleitoral, pois dá sentido aos clamores da população. O financiamento de pessoa jurídica para campanha é o que tem originado toda a corrupção que se levanta no Brasil hoje — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Renan preside reunião que decidiu iniciar debate sobre o fim da possibilidade de presidente da República, governadores e prefeitos se reelegerem

Presidente do Senado considera não haver urgência, já que medida entraria em vigor em três meses. Governo envia projeto de lei, que terá o mesmo prazo para ser votado

Renan devolve MP que aumentaria impostos

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que devolverá ao Executivo a medida provisória editada dia 27 de fevereiro que reduz o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamento de 56 segmentos da economia (MP 669/2015), em vigor desde 2011.

De acordo com a MP, a alíquota de 1% de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, aplicada principalmente para setores da indústria, passaria para 2,5%. Já para empresas de serviços, como hotelaria ou tecnologia da informação, subiria de 2% para 4,5%. As novas regras valeriam a partir de junho.

Renan argumentou que a medida não pode ser considerada urgente, uma vez que a criação ou a elevação de tributos têm prazo de 90 dias (noventena) para entrar em vigor. Além disso, criticou duramente o excesso de MPs.

— O Poder Executivo, ao abusar das medidas provisórias, que deveriam ser excep-

cionais, deturpa o conceito de separação de Poderes, invertendo os papéis constitucionalmente talhados a cada um deles. Assim, o excesso de medidas configura desrespeito à prerrogativa principal do Senado — afirmou Renan, ressaltando que o regimento permite que o presidente barre propostas contrárias à Constituição ou às leis.

Renan salientou ainda que a mudança na desoneração poderia ter sido proposta por meio de projeto de lei com urgência constitucional, o que acabou acontecendo horas depois (*leia texto ao lado*).

Para ele, a MP afronta o princípio da segurança jurídica, lembrando que o Congresso aprovou há poucos meses uma MP sobre o mesmo assunto — convertida na Lei 13.043/2014.

— Essa lei possibilitou a desoneração da folha de pagamento de cerca de 60 setores da economia. Agora, somos surpreendidos por nova mudança, com aumento de alíquotas anteriormente



Entre Lídice da Mata e Magno Malta, Renan Calheiros anuncia devolução de MP: decisão gerou debate entre senadores

diminuídas. Essa situação gera instabilidade nas relações jurídicas, colocando em risco a confiança da sociedade nos atos emanados pelo Estado.

O presidente do Senado lamentou não ter podido devolver também as MPs 664 e 665/2014, que alteram regras do seguro-desemprego e pensão por morte. As MPs foram editadas durante o recesso e já iniciaram a tramitação.

Elogios da oposição, críticas do governo

A decisão do presidente Renan Calheiros repercutiu entre os senadores durante a sessão de ontem. Parte apoiou a posição de Renan, parte lamentou as consequências para o ajuste fiscal.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), considerou a postura de Renan uma resposta ao “abuso de medidas provisórias”.

— A autonomia e a independência do Legislativo não podem ser invadidas. Há prazo suficiente para que, pela via legal, a proposta seja debatida soberanamente pelo Congresso.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), entendeu como natural a decisão de Renan.

— Ela [a MP] é uma agressão completa, pela inconstitucionalidade de acrescentar a carga tributária por essa via.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse esperar que a atitude coíba o que chamou de “presidencialismo imperial”.

— Tivemos ao longo de anos a submissão do Congresso às vontades do Executivo, e aumentar impostos por MP talvez seja a mais grave interferência. O governo agiu de forma autoritária. Tenho esperança que o Brasil reencontre o caminho do desenvolvimento, mas isso estará mais próximo quanto mais presente esta Casa se fizer nas decisões.

No mesmo tom, José Serra (PSDB-SP) classificou a decisão de “histórica” e chamou a atenção para efeitos da MP.

— A decisão de hoje vai fazer o Executivo mudar de atitude. Se entrasse em vigência, essa medida iria aprofundar a recessão, aumentar o desemprego e pressionar a inflação, tudo ao mesmo tempo.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse temer as repercussões da rejeição nos cenários político e econômico.

— A economia se move por símbolos, expectativas. Uma decisão como essa pode ter uma dimensão que extrapola o nosso desejo. Não podemos sair da sessão de hoje com uma leitura para a sociedade de que vivemos enfrentamento entre Poderes. A harmonia precisa ser promovida — alertou, ao pedir que Renan reconsiderasse sua decisão para permitir que o Congresso discutisse e alterasse a MP.

Debate aprofundado

Posição semelhante assumiu Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— O ato de devolver sem discutir não dá condições para fazermos um debate aprofundado. É um precedente ruim.

Em resposta ao PSDB, ela lembrou que o governo Fernando Henrique (1995–2002) também editou muitas MPs.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), argumentou que MPs tributárias são comuns.

— Tivemos, de 1989 para cá, centenas de milhares de MPs tratando do mundo tributário. O melhor exemplo é o Plano Real, resultado de uma MP que

tramitou por mais de quatro anos. A desoneração da folha foi feita por MP, e agora está sendo modificada. Estamos fazendo ajustes para proteger o emprego e o crescimento.

Lindbergh Farias (PT-RJ) argumentou que a rejeição à MP não poderia ser unilateral, do presidente. Ele acusou interferência política em uma decisão que deveria ser técnica.

— Se há problema na relação de um partido com a Presidência, temos que ter cuidado e responsabilidade para isso não interferir na economia. O impacto da decisão é gigantesco.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), é preciso que as instituições trabalhem juntas para enfrentar o cenário econômico.

— O governo precisa sentar com o Congresso e traçar um plano, com começo, meio e fim, para vencer esse desafio. A gente tem que viabilizar o Brasil, e para isso é preciso segurança jurídica e previsibilidade da economia.

João Capiberibe (AP), líder do PSB, advertiu para a possibilidade de vácuo legislativo.

— A decisão mostra a necessidade de nos adiantarmos. O Congresso precisa dizer claramente para a sociedade que vai promover mudanças.

Na mesma linha seguiu Cristovam Buarque (PDT-DF):

— Muitos de nós alertávamos para a farra das desonerações. Agora vem a dor de cabeça. Há uma sensação de acefalia, e precisamos preencher esse vazio.

Planalto anuncia projeto com o mesmo conteúdo

O Palácio do Planalto anunciou que enviará ao Congresso projeto de lei com urgência constitucional com o mesmo teor da medida provisória que reduzia a desoneração da folha de pagamento de empresas (MP 669/2015), devolvida ao governo por Renan Calheiros.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse esperar que a proposta seja votada com rapidez. Para ele, não é possível esperar até cinco meses pela análise.

— Poderemos comprometer algumas coisas sobre as quais governo e inclusive a oposição têm concordância:

a necessidade de se fazer um ajuste, de controlar a inflação, de conquistar um superávit primário maior. Quanto mais rapidamente essas medidas entrarem em vigor, mais rapidamente vamos conseguir superar esse momento e voltar para uma situação de crescimento econômico — afirmou.

No regime de urgência, se cada Casa do Congresso não votar o projeto em 45 dias, a respectiva pauta fica travada. O Palácio do Planalto informou que o projeto de lei prevê a mudança nas alíquotas das desonerações dentro de 90 dias, mesmo prazo previsto na MP.

Para Ataídes Oliveira, Executivo deveria “ir atrás do dinheiro do Sistema S”

Antes de o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciar a devolução da MP 699/2015, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a medida provisória editada pelo governo.

Para Ataídes, a MP deestimula ainda mais os empresários. Ele explicou



Moneira Maitz/Agência Senado

que os encargos trabalhistas chegam a 35% da folha e que parte desse dinheiro vai para o Sistema S (formado por órgãos como Sesi e Senai), que neste ano deverá receber cerca de R\$ 38 bilhões.

— Por que, em vez de aumentar impostos, o governo não vai atrás desse dinheiro?

Fernando Collor pede retirada de medidas que limitam benefícios trabalhistas

Fernando Collor (PTB-AL) defendeu a retirada, pelo governo federal, das MPs 664/2014 e 665/2014, que criam novas regras para obtenção de benefícios previdenciários e trabalhistas.

Collor disse que o governo não está disposto a reduzir a máquina estatal, construiu



Waldemir Barreto/Agência Senado

uma política sem ouvir os trabalhadores e os partidos e editou as medidas num momento em que o país caminha para a recessão.

— Por que, num momento em que um período recessivo se anuncia e se apresenta, é que vamos ainda mais agravar a situação dos trabalhadores?